

Nesta Edição:

- Plenário da Câmara dá início à votação do parcelamento dos débitos de Estados e Municípios (MPV 589/2012)

Plenário da Câmara dá início à votação do parcelamento dos débitos de Estados e Municípios (MPV 589/2012)

O Plenário da Câmara aprovou, nesta noite, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 04/2013, acolhendo o resultado da apreciação feita pela Comissão Mista da MPV 589/2012, ressalvados oito destaques para votação em separado (DVS). Esses DVS de bancada dispõem sobre matérias que não são de interesse direto da indústria. A MPV 589 trata do parcelamento de débitos relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios junto à Fazenda Nacional.

Seguindo-se à apreciação do PLV, os deputados votaram os quatro primeiros DVS, aprovando três e rejeitando um, quando então a sessão foi suspensa. A apreciação dos DVS pendentes será retomada na sessão plenária de amanhã.

Dentre as 98 emendas apresentadas à MPV 589, destacava-se a proposta, apoiada pela CNI, de ampliação do parcelamento de débitos tributários e previdenciários, de empresas, referentes ao REFIS, PAES e PAEX. Porém, o PLV se ateve às relações entre os entes federados e a União e órgãos da administração federal, o que fez com que as emendas que propunham tal ampliação não fossem contempladas no PLV aprovado.

panel

▪ CMA do Senado rejeita requerimentos de informações de Confederações Patronais.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal rejeitou, hoje, por 8 votos a 1, dois requerimentos de autoria do Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO) que solicitavam ao TCU, informações sobre as Confederações Patronais, CNI, CNC, CNA, CNT e OCB, relacionadas à arrecadação dessas entidades nos últimos exercícios, valor da folha de pagamentos, gastos com propaganda e eventos, disponibilidade financeira, e salário mensal fixo, gratificações, ajuda de custo e outros proventos dos presidentes e diretores.

Votaram pela rejeição os senadores: Armando Monteiro (PTB/PE), Katia Abreu (PSD/TO), Eduardo Amorim (PSC/SE), Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Fernando Collor (PTB/AL), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Jorge Viana (PT/AC) e Acir Gurgacz (PDT/RO). Pela aprovação votou, somente, o autor, senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), que, na oportunidade, requereu a retirada de um seu terceiro requerimento, que solicitava ao TCU auditoria naquelas entidades.